ANO XXIII • Nº 1085 • 28 DE JULHO A 3 DE AGOSTO DE 2014 • www.sintufrj.org.br • sintufrj@sintufrj.org.br

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA Sindical CUT

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Reuniões setoriais preparam a categoria para lutar por direitos

Prosseguem a partir de terça-feira, dia 29, as reuniões da diretoria sindical nas unidades. As realizadas na última semana mobilizaram os trabalhadores do CCS e da Escola de Química. A maioria da categoria presente não estava informada dos detalhes dos temas expostos. *Páginas 4 e 5*

A pauta das próximas reuniões é a mesma: turnos contínuos com redução da jornada de trabalho para 30 horas, novas regras para aposentadoria e contagem de tempo especial em insalubridade e periculosidade, ações judiciais, conquistas da greve, reivindicações da pauta interna em negociação com a Reitoria e informes gerais.

Confira o calendário na página 2

Protestar Não é Crime!

A diretoria do Sintufrj se une a todas as entidades do movimento sindical e social, que fazem parte do Comitê Popular Contra o Estado de Exceção, e convoca a categoria para participar, na quarta-feira, dia 30, do ato nacional que será realizado na Candelária, às 17h. Não à criminalização dos movimentos e às prisões de militantes e ativistas!

PÕE NA AGENDA

Dia 7 de agosto, no Quinhentão/CCS:

- Das 9h às 13h, reunião de aposentados e pensionistas.
- Das 13h às 17h, assembleia geral.

Pauta: balanço da greve e da negociação com o governo; convocação do Confasubra; prorrogação de mandato, filiações e outros assuntos.

Especial aposentados e pensionistas

Esta edição traz encartado um caderno especial de quatro páginas dedicado a assuntos do interesse dos aposentados e pensionistas. A publicação também expõe as razões pelas quais as companheiras e companheiros não podem faltar à reunião no dia 7 de agosto, quinta-feira, às 9h, no auditório do Quinhentão, no CCS, e a importância de participar do I Seminário de Formação e Integração Social dos Aposentados e Pensionistas do Sintufrj.

Na reunião dos aposentados e pensionistas no dia 7 serão discutidos reposicionamento e aposentadoria especial, pois paira no ar a ameaça de revisão de aposentadorias especiais. A assessoria jurídica dará informes sobre as ações judiciais, e depois será eleita a delegação que participará do seminário.

ESPECIAL APOSENTADOS

Organizados e informados, aposentados e pensionistas irão em busca de novas conquistas com mais firmeza

DOIS PONTOS

Reuniões nas unidades

Segunda-feira, dia 28
- Às 9h, Polo de Xerém, sala de reuniões.

Terça-feira, dia 29
- Das 7h às 8h, HUCFF, Centro Cirúrgico (12º andar).
- Às 10h, Coppe, sala CRAC.
- Às 11h30, IFCS, sala 107.
- Às 13h, Hesfa, auditório São Francisco.

Quarta-feira, dia 30
- Às 13h30, Campus UFRJ-Macaé, sala 301.
- Às 14h, FCC, auditório Pedro Calmon.

Quinta-feira, dia 31
- Às 10h, Instituto de Microbiologia, anfiteatro do bloco I, CCS.
- Às 10h, Igeo/DRE, auditório do Cema.
- Às 11h, Instituto de Química e Física, sala 341, bloco A, CT.
- Às 13h30, Faculdade de Direito, sala Alfredo Valladão (3º andar).
- Às 14h, Escola de Música, sala da Congregação.

Terça-feira, 5 de agosto
- Das 7h às 8h30, HUCFF, Centro Cirúrgico (12º andar).
- Às 9h, HUCFF, DRH (1° andar).
- Às 9h, Decania do CCS, auditório Hélio Fraga, bloco K (2° andar).

Roda de conversa sobre a mulher negra no Brasil

Fotos: Renan Silva

REUNIÃO debate discriminação de raça e gênero e como dar visibilidade à luta contra esse tipo de violência na sociedade

Com o auditório lotado com membros do movimento negro e de mulheres, autoridades como a representante do Consulado dos Estados Unidos, Comitês de Gêneros de diversas secretarias, empresas como Furnas e Casa da Moeda, a SPM-Rio realizou, na quarta-feira, 23 de julho, uma roda de conversa sobre a Trajetória da Mulher Negra no Brasil. O evento, que foi moderado pela assessora de gênero da SPM-Rio Vanda Ferreira, foi feito em comemoração ao dia 25 de julho: "Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha" e "Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra".

A secretária Ana Rocha ressaltou, na abertura do debate, que essas datas comemorativas são fundamentais para resgatar a história, debater e dar visibilidade à discriminação de gênero e raça presente na sociedade. "Vivemos, hoje, uma evolução positiva da identidade negra, mas ainda há muito a fazer para erradicar o racismo", disse a secretária.

"O 25 de Julho tem como objetivo dar visibilidade e ressaltar a importância da luta pelo fim da opressão de gênero e raça", falou Vanda Ferreira. De acordo com dados do IBGE, em 2013, 416 mil mulheres negras estavam desempregadas (56% do total). No mesmo ano, o número de mulheres brancas desempregadas era de 323 mil. "Precisamos transmitir a nossa história para garantir e exigir políticas públicas para as negras", disse Vanda.

O coordenador-geral do Sintufrj Celso Procópio representou a entidade na reunião. Várias mulheres presentes fizeram denúncias de racismo, discorrendo sobre as conquistas das mulheres negras e propostas de políticas públicas para enfrentar a discriminação. Como afirmou Marcele, da organização Arco Íris, "Todo cabelo é bom, ruim é o racismo".

CELSO Procópio, Ana Rocha e Vanda Ferreira

Data contribui para erradicar a opressão de gênero e raça nos países

O Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha foi comemorado na sexta-feira, 25 de julho. A data é um marco internacional da luta e da resistência das mulheres afrodescendentes na América. Desde então, sociedade civil e governo de vários países latinos têm atuado para consolidar e dar visibilidade a essa celebração, ressaltando a importância de erradicar a opressão de gênero e raça.

No Brasil, a comemoração da data tem crescido a cada ano e em 2 de junho deste ano a presidenta Dilma Rousseff assinou a Lei nº 12.987, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Ela foi uma líder do quilombo de Quariterê, no Mato Grosso, não se sabe se africana ou brasileira. Dizem que liderou um levante de negros e índios, instalando-se próximo a Cuiabá, próximo da fronteira com a atual Bolívia.

Durante décadas Tereza esteve à frente do quilombo, que sobreviveu até 1770, no século XVIII. A homenagem também inclui muitas outras quilombolas que lutaram heroicamente pela libertação do povo negro, como as Marias: Tia Felicidade, Mariana Crioula e Zeferina.

Pobreza e opressão

No período colonial e pós-colonial no Brasil, os quilombos, espaços de resistência de homens e mulheres negros, reuniam milhares de habitantes, entre eles negros e negras, indígenas e brancos pobres. Estes habitantes eram denominados de quilombolas ou mocambeiros.

O quilombo mais conhecido entre nós é o de Palmares, considerado por muitos especialistas um "estado africano no Brasil", e por outros como a "República de Palmares", devido a sua extensão territorial. Seu líder, Zumbi dos Palmares, foi decapitado, no entanto a historiografia não sabe precisar como foi sua morte.

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598 - CNPJ:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Francisco Carlos dos Santos, Maria Bernadete F. Tavares e Olga Letícia P. Xavier / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / **Edição:** Amag / **Reportagem**: Amag, Eac e Regina Rocha / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Luís Fernando Couto, Jamil Malafaia e Edilson Soares / **Fotografia:** Renan Silva / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 10 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical
Correspondência: aos cuidados da Coordenação de Comunicação. **Fax:** (21) 2260-9343. **Tel.:** (21) 3194-7113 **Impressão:** 3graf (21) 3860-0100

NEGOCIAÇÃO COM O GOVERNO

Expectativas se concentravam na última reunião

Saiba quais foram os entendimentos mantidos pela Fasubra nas reuniões já realizadas com o governo. Terceirização, Ebserh, piso e estepe da Carreira estariam na pauta da reunião do dia 24, a última agendada

Foto: Fasubra

MESA de negociação com o governo no dia 15 de julho

Embora a reunião entre o MEC e a Fasubra no dia 23 tenha sido desmarcada, havia a expectativa com os resultados do encontro transferido para a tarde do dia 24. "Vamos ver. Porque (na semana anterior) expusemos todas as questões, e a lógica que estão adotando é absorver as propostas para depois discutir internamente e agora dar a resposta", explicou o coordenador-geral da Fasubra, Paulo Henrique Rodrigo dos Santos, antes da reunião.

Segundo o dirigente, a maior parte das questões (aquelas da pauta apresentada antes da greve e que obtiveram concordância do ministério) era da alçada do próprio MEC (e não necessitava de consulta ao Ministério do Planejamento). "Conseguimos que as propostas se mantivessem na mesa. Só que é preciso explicitar melhor cada item, e isso está sendo feito", complementou o coordenador.

A direção da Fasubra informou que no decorrer desta semana divulgará para as bases o resultado da última reunião prevista com o governo, por ela ter se estendido até sexta-feira, 25.

Resultado das reuniões nos dias 15, 16 e 17 de julho

Não haverá corte de ponto – As negociações iniciaram no dia 15, com a participação de representantes da Secretaria de Ensino Superior do MEC (Sesu). A direção da Fasubra abriu a reunião solicitando suspensão do processo que tramita no Superior Tribunal de Justiça contra a greve da categoria e exigiu a devolução dos salários onde houve corte de ponto.

O governo concordou com a suspensão do processo e o ressarcimento dos salários. A Sesu informou que já havia comunicado às universidades o cumprimento integral da decisão judicial que impediu o corte de ponto e que verificará se o mesmo procedimento já foi adotado quanto aos institutos federais.

Democratização – A Federação resgatou a proposta apresentada pelo governo antes da greve que incluía a paridade para eleição de dirigentes (reitoria) com lista uninominal.

A direção questionou qual seria o instrumento para viabilizar esta proposta, porque se fosse projeto de lei isso não garantiria a aplicação imediata, pois dependeria de decisão (e, portanto, pressão e disputa) do Congresso Nacional.

Além disso, a direção nacional apresentou outras propostas para a democratização, entre elas: paridade nas estruturas de decisão das universidades, como nos órgãos colegiados e conselhos universitários; direito dos técnicos-administrativos poderem disputar eleições para diretor de campus e mesmo para a reitoria.

A Sesu não assumiu compromisso com estes últimos três itens, mas disse que faria consultas internas.

A Fasubra reivindicou ainda que o instrumento para materializar a proposta seja uma medida provisória. O MEC disse que acolheria as reivindicações, que faria uma consulta interna e que ao final do processo irá responder sobre a posição oficial do governo sobre essa reivindicação da Fasubra.

Racionalização e aposentados

No dia 17, além da Sesu, a reunião contou com a participação da Consultoria Jurídica do Ministério da Educação que se dedicou à formalização do pedido de suspensão do processo contra a Fasubra à Procuradoria Geral Federal. Fasubra, entidades de base e Sinasefe precisarão trabalhar em conjunto na ação.

A Fasubra explicou que a reivindicação da racionalização (aglutinações, desmembramentos, criação e reclassificações e reposicionamento de cargos mal posicionados na estrutura da carreira em 2005) já é pauta há anos e propôs que o governo acatasse de imediato o reposicionamento de cargos que não são objeto de controvérsias, como auxiliar em assuntos administrativos, assistente em educação, auxiliar em administração, auxiliar de biblioteca, auxiliar em assuntos educacionais, com o respectivo enquadramento dos antigos titulares, em forma de medida provisória.

A Federação propôs ainda que seguisse a discussão dos outros cargos na Comissão Nacional de Supervisão da Carreira. O governo comprometeu-se a responder até o fim da negociação, com a ressalva de que teria que fazer consultas jurídicas e debate interno, e que precisaria de tempo.

Ingresso no PCCTAE

Como ainda há técnicos-administrativos que se encontram no PUCRECE (plano anterior ao PCCTAE), a Federação pediu a reabertura do prazo para seu ingresso no plano atual e ainda apontou a necessidade da contagem da integralidade do tempo de serviço na carreira por parte daqueles que reingressam ao fazerem concurso para mudarem de cargo, em decorrência da formação adquirida.

O MEC solicitou que a Fasubra elaborasse minuta sobre os pontos.

Capacitação e reposicionamento

A Fasubra pediu o reconhecimento dos certificados de capacitação dos aposentados que os possuíam quando em atividade (tal como previsto no acordo de greve 2012). Apresentou indicadores e dados sobre como seria a implementação e seu pequeno impacto financeiro.

A Sesu manifestou concordância, mas destacou que a posição do Planejamento é contrária. Afirmou que faria debate interno no governo e daria o retorno à reivindicação.

A Sesu lembrou a posição contrária do Planejamento ressaltando que a questão é de ordem legal e conceitual. A Fasubra retrucou que a negociação é com o MEC e não com o Planejamento. Mas a Sesu, embora acolha a demanda, informou que terá que debater inclusive com o Planejamento e que daria resposta em breve.

Orientações normativas e turnos contínuos

A Fasubra apontou problemas e injustiças que as normatizações estão gerando em questões que envolvem insalubridade, periculosidade e penosidade. A Sesu manifestou-se sensível e vai discutir o tema com a Associação Nacional dos Dirigentes das Ifes (Andifes), pois a questão tem se tornado um problema também para a gestão das universidades, e que ambas vão levar o pleito para o debate no governo, que dará resposta em breve.

A Fasubra apresentou proposta de implementação dos turnos contínuos e da redução da jornada nas universidades, nos marcos da legislação vigente. Para a Sesu, os argumentos apresentados pela Federação exigem debate profundo e sugeriu a possibilidade de um seminário.

Os dirigentes sindicais responderam que se o MEC não tem acordo em implementar de imediato, seria necessário uma circular que orientasse reitorias a negociar com os sindicatos, informando que o MEC não iria intervir na autonomia dos reitores e que deixasse claro que o atendimento da demanda não tem implicações com a oferta e distribuição de vagas para concurso nas universidades.

A Sesu solicitou que a Fasubra formalizasse os questionamentos descritos em ofício. O MEC comprometeu-se a responder oficialmente sobre a posição do governo.

REUNIÃO EM UNIDADE

Iniciativa do Sintufrj atende a interesses da categoria

Fotos: Renan Silva

FRANCISCO de Assis expôs aos trabalhadores as razões pelas quais se deve lutar pela jornada de 30 horas semanais

TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS das unidades convocadas ouviram atentos as exposições

No dia 22 de julho a diretoria do Sindicato realizou, no Centro de Ciências da Saúde (CCS), a primeira reunião em unidade da UFRJ para discutir e explicar a campanha dos turnos contínuos e jornada de 30 horas, regras de aposentadoria e contagem especial de tempo, ações judiciais, reivindicações da pauta interna e dar informes.

Participaram da reunião os trabalhadores do Instituto de Biologia, da Faculdade de Farmácia, do Nutes e da Anatomia. A apresentação dos temas e as explicações foram dadas pelo coordenador-geral Francisco de Assis, pelo coordenador de Administração e Finanças Rodrigo Araújo Mello e pelo assessor jurídico da diretoria Rafael Mello, que falou sobre as ações judiciais.

Turnos contínuos

Os funcionários foram brindados com uma minuciosa apresentação da proposta do Sintufrj sobre a jornada de trabalho de 30 horas em turnos contínuos, realizada por Francisco de Assis. A reivindicação já foi levada ao Conselho Universitário e o Sindicato quer fomentar a proposta nas unidades e nas reuniões de conselhos de centro e congregações.

"Não será uma luta fácil. Não há facilidade na implementação dos turnos contínuos. Há barreiras para serem derrubadas, inclusive na nossa própria categoria e também na categoria docente. E precisamos mostrar que o objetivo maior é o fortalecimento da instituição", declarou o coordenador-geral.

Aposentadoria e contagem especial

O coordenador Rodrigo Mello fez um histórico das mudanças ocorridas na aposentadoria que afetaram os funcionários públicos, e explicou as Orientações Normativas 15 e 16 (ONs). Elas tratam do tempo prestado em condições especiais por servidores submetidos ao regime CLT em período anterior a 11 de dezembro de 1990 e do tempo de servidores públicos federais amparados por decisão judicial em mandados de injunção julgados pelo STF. Mandado este ganho pela Fasubra.

A Fasubra conquistou então o direito de os servidores contabilizarem o tempo que tiveram exercendo atividades insalubres ou perigosas para ser convertido em tempo para aposentadoria. O homem teria direito a 40% desse tempo convertido e a mulher a 20%. Houve essa conquista com o mandado de injunção, mas com a edição das orientações normativas em dezembro de 2013 essa contagem ficou suspensa.

Segundo o Sintufrj, há um contingente de trabalhadores que recebem inclusive o abono de permanência, mas por força das ONs estão impedidos de se aposentar . Por isso o assunto está na pauta nacional e interna de reivindicações, inclusive pela ingerência do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), que está questionando até outras aposentadorias da década de 1990.

Para entender

Abono de permanência

Reembolso da contribuição previdenciária devido ao servidor público em regime contratual estatutário que esteja em condição de aposentar-se, mas que optou por continuar em atividade.

REUNIÃO EM UNIDADE

Aposentadoria: recém-concursados são os mais prejudicados

Com mobilização é possível pôr fim ao regime diferenciado e resgatar direitos já conquistados

Fotos: Renan Silva

RODRIGO Mello explicou as mudanças na aposentadoria e alertou os recém-concursados para as perdas

RAFAEL Mello, Francisco de Assis, Carmen Lucia e Aluízio Nascimento

Rayanne Setúbal

De acordo com o coordenador Rodrigo Mello, o secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, numa reunião com o Coletivo Nacional dos Advogados das Entidades do Serviço Público, disse que estava "refém" das orientações normativas. O argumento utilizado por ele foi de que o governo entendia que a colocação mais restritiva é a que deveria valer e quem deveria regular a questão era o Ministério da Previdência com o amparo legal da Advocacia- Geral da União (AGU), sendo o Planejamento apenas o responsável por encaminhar a sua execução.

Rodrigo chamou a atenção sobre as mudanças na aposentadoria e o sem impacto para os funcionários mais jovens com o Fundo de Previdência Complementar para os servidores públicos da União, chamado Funpresp. Ele chamou os novos funcionários para a luta pela revogação da Reforma da Previdência e contra a revisão das aposentadorias que vem sendo realizada pela CGU. Segundo Rodrigo, há casos de aposentados no INSS que foram obrigados a voltar a trabalhar.

"Gostaríamos de tratar aqui, e até pelos que entraram nos últimos concursos, essa questão. Eu sou de maio de 2005, e os servidores que ingressaram no serviço público quando houve a consolidação da Reforma da Previdência até 2013 já vão se aposentar com regime diferenciado dos antigos. A gente se aposenta com a média das 80 maiores contribuições e já sai da malha salarial. E o pessoal que entrou depois de 2013 está numa situação pior, porque entrou com o Funpresp, que vai fazer com que você contribua sobre o teto do INSS, que é R$ 4.200,00, e o que exceder desse valor será para o Funpresp – ferramenta criada pelo governo sob a alegação do déficit da Previdência, o qual discordamos".

Rodrigo Mello conclamou os mais jovens para ajudar a modificar tais questões: "Muito embora haja decisão judicial – Súmula Vinculante nº 33 do Supremo Tribunal Federal – determinando essa contagem de tempo especial, o governo não modificou as orientações normativas. Então só cabe a gente continuar nessa luta, a qual o Sintufrj tem dado todo o apoio, inclusive com participação de nossos advogados nos fóruns de discussão nacionais. Com o menor piso e teto do serviço público federal, sem uma carreira que fixe o jovem funcionário na universidade, com alta rotatividade na mão de obra, se você não tem incentivo para permanecer, menos ainda terá se não tiver uma certeza de como será o seu futuro profissional. Dado a este estado de insegurança estabelecido pelo governo federal, temos de manter a vigilância, manter a luta e manter a mobilização contra as ações do governo contra nós".

Opiniões

Rayanne Setúbal, 26 anos, entrou para a UFRJ em 2011. É técnica em laboratório da Sala de Aulas do Instituto de Biologia. "Acho ótimo a iniciativa do Sindicato de promover as reuniões nas unidades. Sugiro que se faça um seminário para a gente poder entender melhor e assimilar as informações. Não entendo muita coisa, como abono de permanência e aposentadoria especial. A campanha sobre as 30 horas só vim a conhecer agora, por isso os assuntos têm de ser aprofundados num espaço maior de tempo".

Rafael Pinho, 25 anos, entrou para a UFRJ em 2009, e é técnico de laboratório do mesmo local de Rayanne. "A iniciativa é boa, para informar além do que sai no jornal. Nessas reuniões temos como tirar dúvidas e falar do setor. No Instituto de Biologia já houve reuniões assim e participei delas".

Para entender

Súmula Vinculante nº 33 do Supremo Tribunal Federal

Decisão que garantiu a todos os servidores públicos que exerçam atividade insalubre ou periculosa o direito à aposentadoria especial.

TERCEIRIZAÇÃO

Um mal desnecessário para a UFRJ

A prática precariza a universidade, além de constituir exploração de trabalhadores

A terceirização, a flexibilização de leis trabalhistas e outras formas de precarização do trabalho, e com um profundo processo de privatização, foram eixos da política neoliberal. Iniciado com toda força no governo FHC, o processo foi agravado com a política de extinção de cargos, que se entranha na gestão pública, principalmente em relação aos cargos ligados à infraestrutura, como limpeza, vigilância, conservação, portaria.

A Fasubra é veementemente contra a precarização da mão de obra no serviço público e reivindica a contratação pelo Regime Jurídico Único. O motivo fica evidente com as constantes greves de terceirizados por falta de salário e direitos trabalhistas básicos. Nas últimas semanas quem parou foram os maqueiros e outros prestadores de serviço do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.

Para a direção do Sintufrj não há dúvidas: a luta sindical que temos que travar é contra a terceirização por causa dos óbvios danos incalculáveis para a universidade e o enorme prejuízo aos trabalhadores precarizados. O Sindicato assim como a Fasubra denunciam o processo de terceirização e vão continuar lutando pela realização de concursos públicos nas Ifes, mas se solidarizam e apoiam a luta dos terceirizados.

Fotos: Renan Silva

PORTEIROS de várias unidades da UFRJ em greve por salários vão à Reitoria exigir punição para a empresa terceirizada

Porteiros reivindicam salários

No dia 21 de julho, dezenas de agentes de portaria contratados pela empresa JE foram à Prefeitura Universitária cobrar do responsável pelo contrato salários atrasados e outros direitos: uma parte deles estava sem vale-alimentação; outra, sem vale-transporte. E os que foram contratados em maio ainda não viram a cor do salário. Os fiscais da UFRJ mostraram documento comprovando que a universidade está em dia com o pagamento à JE.

No total são mais de 100 trabalhadores de diversas unidades da UFRJ nestas condições: Prefeitura Universitária, Reitoria, Escola de Educação Física, Iesc, Alojamento, Horto, Colégio de Aplicação, Xerém, IFCS, CCMN, Hesfa, Bandejão e Maternidade Escola.

Os relatos se repetem: "Passo por uma situação vexatória. Não tenho dinheiro para comprar o gás", disse um agente de portaria. "Minha filha é pequena. Não tenho como ficar sem pagamento", reclamou uma jovem. Outro está com a pensão alimentícia atrasada e uma trabalhadora se desespera: "Estou sem meus remédios que não posso deixar de tomar nunca. Entrei dia 20 de maio e a única coisa que recebi até hoje foi vale-transporte".

O desejo da grande maioria é que a UFRJ renove o contrato que está para vencer em breve, mas com outra empresa. "O Sintufrj sempre apoiou o trabalhador terceirizado. Por isso estamos aqui", disse o porteiro da Escola de Educação Física Ricardo Freitas, que, junto com vários colegas, foi até a entidade.

Mobilização na Reitoria

No dia 22, dezenas deles se reuniram nos pilotis da Reitoria: "A greve é um direito dos trabalhadores. Essa empresa nos desrespeitou. Estamos aqui porque queremos um direito nosso. Não estamos pedindo flores, mas nossos salários e satisfação. Nossas famílias dependem dos nossos salários", disse Ricardo.

Com o apoio do coordenador-geral do Sintufrj Celso Procópio, do coordenador de Esporte e Lazer Rubens Nascimento e dos colaboradores Rogério Baptista, Aroldo de Jesus e Eunice Vianna, o grupo se dirigiu ao gabinete do reitor, no segundo andar. Queriam uma posição sobre quando receberiam seus salários, se a firma seria punida e se a UFRJ iria manter o contrato.

Eles não conseguiram falar com o reitor Carlos Levi, mas a secretária administrativa do gabinete, Ivone Ferreira, embora seja fiscal de outros contratos, com muita boa vontade foi buscar informações na Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças. Lá informaram que o contrato estava pago, a empresa seria multada e os trabalhadores sem salários deveriam ir ao escritório da JE.

Segundo os grevistas, o escritório não fica na cidade e na UFRJ só fica um encarregado da empresa. Sem ter mais o que fazer, os trabalhadores improvisaram um protesto em frente ao Centro de Ciências da Saúde (CCS) e depois se concentraram próximo da salinha onde estava o representante da firma.

No dia seguinte, os dirigentes do Sintufrj foram informados de que somente alguns trabalhadores receberam salários.

TERCEIRIZAÇÃO

HU suspende cirurgias por falta de pessoal

Maqueiros e outros profissionais terceirizados do hospital param reivindicando salários

Foto: Renan Silva

MAQUEIROS e outros profissionais do HUCFF fazem ato em frente a unidade hospitalar. Eles estão sem salários há mais de dois meses

Desde o dia 11 de julho cerca de 130 trabalhadores da firma Instituto de Pesquisa e Elaboração de Projetos e Planos Integrados (Ipeppi) que prestam serviço ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) estão em greve por falta de pagamento de salário. Embora entre eles haja muitos maqueiros, há também trabalhadores de outras áreas de suporte ao atendimento, como contínuos, responsáveis pelo transporte de centenas de prontuários para os atendimentos nos consultórios.

Segundo Marcos Maldonado, coordenador administrativo do hospital, na quinta-feira, dia 24, a perspectiva não era alentadora, e a direção buscava estrutura alternativa para garantir o atendimento aos pacientes.

Mas havia outras consequências irremediáveis com a paralisação, como a suspensão de cirurgias, inclusive transplantes. "De 15 dias para cá a gente tem montado uma estrutura alternativa para o serviço, mas agora chegamos ao limite", disse Maldonado.

Representantes da empresa disseram que não realizaram o pagamento porque as contas foram congeladas pela Justiça. Para resolver o problema, a UFRJ decidiu assumir o pagamento até que a firma regularizasse sua situação judicialmente. Mas para isso era necessário que a empresa enviasse à universidade a folha de pagamento, o que não foi feito até o dia 24.

A última informação é que a solução para a falta de salários dos terceirizados do HUCFF ocorreria esta semana.

Diretor suspende cirurgias

"São várias categorias profissionais que pararam porque a empresa contratada pela UFRJ não está pagando desde 17 de maio os trabalhadores. Essa dificuldade atingiu o hospital em cheio. Os trabalhadores tiveram boa vontade, mas como fazer quando o dinheiro acaba para o transporte e para se alimentar? Suspendemos cirurgias e temos conseguido manter algumas atividades com esforço do pessoal da casa. Mas acaba ficando limitado. Ninguém consegue trabalhar dobrado", relatou o diretor do HUCFF, Eduardo Côrtes.

Segundo ele, o hospital não é responsável pela contratação da empresa. E defende uma reformulação séria, porque, no caso de um hospital, este tipo de problema traz consequências graves, mexe com vidas.

"A gente (a UFRJ) tem que ter um controle maior. A empresa para de pagar os trabalhadores, mas a legislação não permite uma resposta ágil. Foi o que aconteceu. Chamaram quatro empresas que participaram também da licitação, e todas elas estavam com problemas na Justiça ou com a documentação. Estamos fazendo um esforço enorme, temos pouca gente, muitos extraquadro e toda essa pressão", lamenta o diretor, relacionando problemas que estão por vir diante da falta de recursos e de pessoal concursado.

Foto: Adufrj

DIRETOR do HUCFF, Eduardo Côrtes

Querem institucionalizar precarização

Em 2013, houve intensa mobilização dos trabalhadores contra a aprovação do PL 4.330 de 2004, que regulamenta a terceirização nos serviços público e privado e conta com forte lobby empresarial. De autoria de um deputado-empresário, Sandro Mabel (PMDB-GO), o projeto libera a terceirização ilimitada em qualquer setor, inclusive áreas-fim, amplia a precarização e prevê a possibilidade de redução de salário e direitos.

Em setembro de 2013, o projeto foi enviado ao plenário da Câmara, sob fortes protestos. As mobilizações surtiram efeito e os trabalhadores conseguiram frear a tramitação. Após o PL ser engavetado no Congresso Nacional, os empresários recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF), que pode julgar, em agosto, uma ação civil pública de uma empresa que quer terceirizar atividades-fim. O julgamento vai refletir em decisões similares por todo o país.

Para o coordenador-geral da Fasubra, Paulo Henrique dos Santos, a luta contra a terceirização enfrenta fortes interesses ligados ao capital, por isso a pressão em favor do PL e das empresas que exploram os trabalhadores com salários baixos e descontos abusivos.

Estima-se, segundo a CUT, que há no Brasil mais de 10 milhões de trabalhadores terceirizados. De acordo com um dossiê do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), os terceirizados têm uma remuneração 27,1% menor que contratados diretos, apesar de trabalharem três horas a mais por semana.

"Vemos, muitas vezes, uma terceirizada vencer a licitação, sempre pelo menor preço, sem outros critérios, e depois quebrar, deixando os trabalhadores sem ter a quem recorrer, já que o Poder Público está eximido de qualquer responsabilidade, se cumprir todas as exigências do processo licitatório", afirma a desembargadora Maria Helena Mallmann, indicada pela presidente Dilma Rousseff ao Tribunal Superior do Trabalho.

Cleide:29 anos dedicados ao HU

Fotos: Renan Silva

ROSALIE Corrêa, Cleide Guedes dos Santos e Mirian Maia

MARIA Cecília Bosa

A assistente administrativa Cleide Guedes dos Santos completou 49 anos este mês, 29 dos quais dedicados ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF). "Amo isso aqui mais do que a minha casa", afirma a técnica-administrativa.

Em sua área, é uma especialista, pois acumula cursos, especialização, graduações e uma pós-graduação. Além de Serviço Social, é formada em Administração, com pós-graduação em Administração Hospitalar. Tem ainda especialização em Licitação de Contratos. É uma *workaholic* convicta. "Sempre trabalhei de 12 às 13 horas por dia", garante.

Ela se entusiasma ao apresentar documentos e dados que comprovam sua organização e eficiência no trabalho. Nem precisa, pois as manifestações ao longo dos anos sobre seu trabalho mostram isso. Sua dedicação foi reconhecida pelos diretores-gerais do HU, José Ananias e Alexandre Cardoso, e também pela equipe do Serviço de Licitação e Contratos (SLC), onde trabalhou por três anos.

É uma mulher de personalidade forte, determinada, mas doce. Ao falar do trabalho, do positivo e do negativo, não deixa de esboçar um largo sorriso de satisfação por tudo o que já pôde contribuir para a UFRJ e o HU. É uma profissional com profundo conhecimento do hospital, principalmente da área de licitação, que cresceu e evoluiu graças a sua dedicação e ao investimento da unidade na sua capacitação.

Trajetória

A eficiência de Cleide a levou a receber convites para trabalhar em setores fundamentais no HUCFF, onde entrou em abril de 1986, no setor de marcação de consultas do Ambulatório. Ficou apenas um ano, pois foi chamada por Ivone Suassuna para assumir a secretaria da Divisão de Finanças devido a sua formação. Ela estava acabando a graduação em Serviço Social, e na Finanças ficou por cerca de sete anos.

Deste setor foi para a Divisão de Enfermagem secretariar a direção, na época ocupada por Sônia Brasil. Quando a diretora saiu, foi convidado por ela para trabalhar na Coordenação de Material Interno da Enfermagem, onde permaneceu por quatro anos. Depois foi trabalhar como administradora na Central de Material do Centro Cirúrgico, onde ficou mais cinco anos.

Quando Sônia Brasil assumiu o Almoxarifado, na gestão de Alexandre Cardoso, convidou Cleide para compor a equipe, ficando responsável pela parte do estoque. Nesse período a equipe trabalhou arduamente para pôr tudo em ordem. Foram três anos no setor.

Outro convite surgiu, desta vez do superintendente-geral do HU na época, Luiz Carlos. Ela assumiu a chefia da Seção de Especificação de Material na Licitação. "Sempre entendi muito de material, e quando a chefe do Serviço de Licitação e Contratos entrou de licença médica assumi seu lugar. Dei continuidade a vários processos por pregão", relata.

Em maio de 2009, com a portaria do Ministério do Planejamento proibindo compras pela Fundação José Bonifácio, a chefe e sua equipe tiveram que começar a operar pelo sistema do governo federal.

"Nenhum de nós tinha treinamento. Tivemos que aprender na marra". Foi nessa época que o setor começou a formar pregoeiros e a realizar compras por pregão. "Trabalhávamos muito. Tudo era muito lento, e para agilizar, pegava o processo e levava debaixo do braço de ônibus (não dirigia) para a Procuradoria aprovar e liberar mais rápido". Os pregoeiros Nelson Peruchetti, Marco Antonio Souza e Eli Salles, que trabalharam com Cleide, foram testemunhas da sua competência, dedicação e compromisso com os procedimentos legais no setor.

Em janeiro de 2011, na gestão de Marcos Eulálio, Cleide deixou o SLC. Tirou férias, e na volta foi secretariar a direção da Divisão de Enfermagem, na época ocupada por Sandra Paiva. Lá desenvolveu um bom trabalho de coordenação dos extraquadro – 245 no total e mais o trabalho de 63 mensageiros.

Em fevereiro deste ano, Cleide foi convidada pela nova diretora da Divisão Médica (DMD), Mirian Maia, para ajudá-la na organização do setor. A diretora trabalhou com Cleide no SLC e não teve dúvidas sobre sua competência. "Quando assumi a chefia do Serviço de Anestesia, não entendia bem dessa parte de material e comecei a trabalhar com ela. Como chefe da SLC, me orientou muito", declara Mirian Maia.

Na realidade, Cleide está na organização da DMD, mas está lotada na Divisão de Enfermagem (DEN). "Cedi a Cleide para a DMD porque senti a necessidade de eles terem uma profissional com a sua categoria, organização e capacidade. Ela participou do processo de organização de toda a parte administrativa da DEN, e nesse momento é necessária na Divisão Médica", explica a diretora Maria Cecília Bosa.

Organização

Cleide, que estabeleceu no SLC uma rotina de procedimentos para realizar as compras do hospital, seguia com rigor a Lei das Licitações – a 8.666. "Nessa época estabeleci uma comissão permanente: formamos seis pregoeiros, que era a minha equipe. Todos fizeram curso, e eu, cinco cursos de licitação e contrato. Fizemos o melhor e em cinco meses conseguimos abastecer o hospital".

A diretora da DMD afirma que Cleide foi fundamental na crise de desabastecimento do hospital vivida em 2008. "Marcou muito. Tivemos dias que não podíamos entrar no Centro Cirúrgico para trabalhar por falta de insumos básicos. E lembro bem que ao longo de 2009 toda essa situação foi se modificando. Foi quando conheci a Cleide já na chefia da SLC e eu havia assumido a chefia do Serviço de Anestesia. Os insumos começaram a aparecer no hospital e a permitir nosso trabalho. Nessa época vi com Cleide por que era importante o pregão".

Cleide mostra as planilhas do ano de 2009 para comprovar a evolução da administração da organização das compras com os pregões. "Antes só se fazia dispensa de licitação (que é errado), e nós conseguimos, especialmente com o apoio do diretor administrativo Marcos Martins, sair das dispensas e aumentar o número de pregões". Cleide acumulou a chefia do SLC e a presidência da Comissão Permanente de Licitação de outubro de 2008 a janeiro de 2011.

Elogios

"Cleide era muito preocupada com a questão da legalidade. Muito atenta e rigorosa em fazer as coisas de forma correta. O SLC funcionava muito bem. E qual não foi minha surpresa depois de quatro anos vivermos uma crise pior [gestão Marcos Eulálio] por conta de uma desestruturação que aconteceu no setor. A saída de Cleide levou a essa desestruturação, e hoje em dia estamos vivendo as consequências disso. Por isso, ao assumir a DMD chamei a Cleide, porque confio muito nela, no seu rigor e na sua capacidade, afirma Mirian.

"Ao longo de 30 anos de hospital eu convivi com Cleide. Sempre trabalhou com esmero, com uma conduta coerente, correta, de respeito e compromisso com a qualidade do trabalho. Quando fui da Ouvidoria e quando ela recebia demandas dos pacientes por falta de medicamentos ou material, sempre recorri a ela para saber como andava o processo de aquisição. Sempre nos respondeu com presteza", relata Maria Cecília Bosa.

"Sou completamente ignorante do ponto de vista administrativo. Trato das questões mais técnicas do hospital. Cleide tem uma agilidade enorme, extremamente inteligente e coordenada. Não podemos abrir mão de uma funcionária com essa capacitação, ainda mais no momento em que estamos tentando recuperar o hospital", sustenta a assessora da direção geral, Rosalie Corrêa.

"A Cleide veste a camisa do hospital. É uma das pessoas que está nos ajudando a reerguer o hospital. Nós precisamos muito da contribuição de muita gente. Tem gente que puxa pra trás, e a Cleide é das pessoas que puxa pra frente", declara o diretor-geral Eduardo Côrtes.